

A visibilidade da deficiência – Uma revisão sobre as Representações Sociais das Pessoas com Deficiência e Atletas Paralímpicos nos *media* impressos

Olga Pereira¹
Inês Monteiro²
Ana Luísa Pereira³

Resumo:

Alheados do contacto frequente com determinados grupos ou contextos, construímos, muitas vezes, imagens sobre os mesmos com base na informação que nos chega diariamente através dos *media*. De facto, parece inegável a influência que estes meios detêm no nosso olhar sobre a sociedade em geral e, também, sobre o “outro”, entendendo este “outro” como aquele que desconhecemos ou conhecemos mal. Assim sendo, os *media* poderão desempenhar um papel educativo fundamental na mediação entre a sociedade em geral e os grupos sociais vistos como minoritários, contribuindo, entre variados aspetos, para uma visão menos estereotipada dos mesmos. Este é um trabalho de revisão crítica que pretende dar a conhecer o tratamento mediático da deficiência no passado, no presente e perspetivar o seu futuro.

Palavras-chave: Atletas Paralímpicos; *Media*; Jogos Paralímpicos; Pessoas com Deficiência.

1. A visibilidade da deficiência nos *media*

Ao longo da história, o “olhar” sobre as pessoas com deficiência foi variando, algo que nos remete para perspetivas diferenciadas sobre as mesmas. Assim, podemos

¹ Faculdade de Desporto, Universidade do Porto; Colégio Didálvi, Barcelos. Mestre em Ciências do Desporto e Doutoranda no Curso de Doutoramento em Sociologia da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

² Escola de Formação de Professores Patrice Lumumba – Namibe – Angola. Mestre em Ciências do Desporto.

³ Faculdade de Desporto, Universidade do Porto; Instituto de Sociologia, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Doutora em Ciências do Desporto e Docente de Sociologia do Desporto na Faculdade de Ciências do Desporto e de Educação Física da Universidade do Porto. Integra a Unidade de Investigação do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto.

dizer que a forma como se vê a pessoa com deficiência, na atualidade, é diferente da do passado, demonstrando alguma mudança e consequente evolução, ainda que esta possa ter sido lenta e carregada de preconceitos.

Sendo o contacto social com pessoas com deficiência escasso, ou até inexistente, a imagem que temos das mesmas não corresponde, muitas vezes, à realidade. Na verdade, a “confrontação” com a deficiência desperta em nós sentimentos de “choque” e/ou “repúdio”, por não ser habitual no nosso quotidiano. Por outro lado, este contacto, em determinados contextos (como por exemplo, desportivos), despertam-nos a surpresa ou admiração, em particular quando as pessoas com deficiência demonstram capacidades, que por norma não lhes atribuímos. Tal facto é tão mais verdadeiro, quanto maior é o nosso afastamento destas pessoas, uma vez que tendemos a “ignorar” o que não nos é familiar.

É neste contexto, que introduzimos o estudo das Representações Sociais (RS) acerca das pessoas com deficiência, uma vez que RS nos reportam a um conjunto de conceitos, frases e explicações com origem na vida quotidiana durante o curso das comunicações interpessoais (Moscovici, 1988) assumindo, na sociedade, uma função transformadora. As RS estão associadas aos nossos pensamentos diários e ao conjunto de ideias que dão coerência às nossas crenças religiosas, ideias políticas e às conexões que criamos espontaneamente (Moscovici, 1988). É através das RS que classificamos pessoas e objetos, comparamos e explicamos comportamentos e elaboramos a sua respetiva objetivação como parte do nosso cenário social (Moscovici, 1988), ou seja, categorizamos o mundo ou pelo menos o nosso mundo.

O tipo de RS associadas às pessoas com deficiência desempenha um papel preponderante na sua discriminação e, por essa razão, é fundamental o estudo sobre esta problemática, nomeadamente, os estudos que se debruçam sobre os *media*. Tendo em conta que as RS atuam como produtoras e construtoras da realidade (Berger e Luckman, 1998), o recetor da mensagem mediática não se limitará a interiorizá-las. Desta forma, através de um sistema de interpretação, organização e estabelecimento de conexões com os seus quadros de leitura prévios, o recetor poderá modificar essas mesmas conexões e gerar outras diferentes e renovadas. Esta problemática assume-se como preponderante, dado que os *media*, ao refletirem e terem capacidade para moldar as atitudes do público (Tuchman, 2002), terão um papel fundamental nas RS geradas sobre as pessoas com deficiência, em geral, e os atletas paralímpicos em particular. Essa influência será tanto maior quanto menor for o nosso conhecimento acerca dessa realidade.

Neste sentido, este artigo pretende efetuar uma revisão sobre os resultados dos principais estudos acerca das RS provenientes dos *media* impressos acerca das pessoas com deficiência em geral e dos atletas paralímpicos em particular.

2. A pessoa com deficiência na sociedade

O desenvolvimento da atitude perante as pessoas com deficiência deu-se segundo

os períodos da Separação, Protecção, Emancipação, Integração e Inclusão⁴. Cada um destes períodos remete para diferentes perspetivas em relação às pessoas com deficiência, desde a época em que eram completamente excluídas por conduta incorreta (Barnes, Mercer *et al.*, 2005), por não terem utilidade na vida social (Silva, 1991), até aos dias de hoje, sendo vistas como cidadãs/ãos comuns, com direitos e deveres, para os/as quais a sociedade deve estar preparada (Marques, Castro *et al.*, 2001).

Sob o ponto de vista teórico, o discurso contemporâneo da deficiência está marcado pela “luta” entre dois modelos: o modelo teórico médico e o modelo teórico social (Hughes, 2000). É à luz destes dois modelos que organizações nacionais e internacionais (por exemplo, Organização das Nações Unidas, Organização Mundial de Saúde e Assembleia de República Portuguesa) tentam “conceptualizar” as pessoas com deficiência. Por apresentarem ideologias diferenciadas, a sua coexistência nem sempre tem sido pacífica, especialmente entre os teóricos com posições fundamentalistas.

2.1 Entre o Modelo Médico e o Modelo Social

É na Idade Média que encontramos os primeiros relatos da deficiência que nos auxiliam à compreensão deste modelo. A deficiência era vista como sinal de atos maldosos (Barnes, Mercer *et al.*, 2005), causas sobrenaturais e demonológicas (Correia, 1997) como um estigma vergonhoso aos olhos da sociedade que isolava, esquecia e perseguia as pessoas com deficiência (Barnes, Mercer *et al.*, 2005). Na Idade Moderna – período industrial –, estas pessoas deixam de dar resposta às exigências comerciais, passando a ser um problema social, por não contribuírem para a economia (Hunt, 1966). Este factor, aliado ao desenvolvimento da medicina, reuniu as condições ideais para “medicalizar” a deficiência (Barnes, Mercer *et al.*, 2005), estabelecendo-se, assim, o modelo médico/individual da deficiência, utilizado para explicar, diagnosticar, tratar e “curar” a deficiência enquanto patologia (Gabel e Peters, 2004; Barnes, Mercer *et al.*, 2005) e visto como referência até muito recentemente. No âmbito deste modelo, surgem algumas classificações, como a Classificação Internacional de Deficiências, Incapacidades e Desvantagens (CIDID)⁵, através da qual a OMS propõe uma classificação da deficiência com base nas suas consequências orgânicas, individuais e sociais. Esta visão sustenta a obsessão pela perfeição corporal e, simultaneamente, a medicalização deste mito, o que faz com que apenas uma minoria da população seja vista como pessoa com deficiência ou como o “outro”⁶. O processo de revisão da CIDID aponta como falhas a falta de relação entre as dimensões que a compõem, nomeadamente, a não abordagem de aspetos sociais e ambientais, dando lugar a uma

⁴ Para aprofundar ver Marques, Castro e Silva (2001).

⁵ Classificação que surge no âmbito da Assembleia Geral da Saúde, 1989.

⁶ As pessoas com deficiência são vistas como diferentes de acordo com os padrões de normalidade estabelecidos pela própria medicalização. No fundo, as pessoas sem deficiência percebem e catalogam “o outro” como forma de se sentirem ou perceberem como “normais”.

nova classificação – Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF)⁷ – que surge com o intuito de minimizar os aspetos referidos e substituir o enfoque negativo da deficiência e da incapacidade por uma perspetiva positiva (Farias e Buchalla, 2005). A CIF baseia-se numa abordagem biopsicossocial que incorpora os componentes de saúde nos níveis corporais e sociais (OMS, 2003) e destaca-se da anterior por incorporar as dimensões biomédica, psicológica e social. Representa, assim, uma mudança de paradigma para pensar e trabalhar a deficiência e a incapacidade, constituindo um instrumento importante para avaliação das condições de vida e para a promoção de políticas de inclusão social.

Em Portugal, a primeira lei relativa às pessoas com deficiência surge em 1989 – artigo 2º da Lei de Bases da Prevenção e da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, de 2 de maio, remetendo para uma perspetiva baseada no modelo médico. Esta lei foi revogada, em 2004, pela Lei nº 38/2004 de 18 de Agosto, que passa a definir as bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência (Assembleia da República, 2004). Apesar de ainda se basear no modelo médico, o decreto já tem em conta aspetos de âmbito social, uma vez que pressupõe a promoção de uma sociedade para todos, através da eliminação de barreiras e da adoção de medidas que visem a plena participação dos/das cidadãos/ãs com deficiência. Esta tendência vai de encontro ao movimento mais atual em torno desta questão, i.e., de acordo com o modelo médico não excluindo a existência de constrangimentos sociais, como alguns autores defendem (Williams, 1999; Bury, 2000). Para Bury (2000), por exemplo, a influência biológica é primordial, ainda que não exclua as influências sociais e culturais sobre a deficiência. O autor não reduz o conceito de deficiência exclusivamente ao indivíduo, reforçando a sua conceptualização através do foco nas interações entre indivíduos e o seu contexto social (Bury, 2000). Ainda de acordo com Bury (2000), a pessoa com deficiência é “criadora activa de vidas novas”, abrindo a possibilidade para que a sua experiência, enquanto pessoa com deficiência, lhe traga resultados que podem ser tanto positivos como negativos. Já Williams (1999) considera a deficiência como uma propriedade emergente, localizada temporalmente, no que diz respeito à interação entre a realidade biológica da limitação fisiológica, estrutura condicional e interações socioculturais, não excluindo a existência de constrangimentos sociais. Não obstante, o pressuposto essencial deste modelo é de que o biológico determina o social e que o indivíduo terá de se adaptar ao meio (Hughes, 2000). Apesar de reconhecer constrangimentos sociais, o modelo médico não reconhecia a associação da deficiência à opressão e exclusão social sistemáticas (Thomas, 2004), baseando-se no diagnóstico e solução médicas (Gabel e Peters, 2004; Barnes, Mercer *et al.*, 2005) e focando a deficiência e o indivíduo (Barnes, Mercer *et al.*, 2005). O modelo médico assume-se, assim, como a voz legítima da verdade em todas as matérias associadas à funcionalidade corporal e ao processo (Hughes, 2000). Por isso, nas últimas décadas, tem vindo a

⁷ Aprovada a 4 de Maio de 2001, na Assembleia Mundial da Saúde.

receber muitas críticas, essencialmente da parte das PCD que o contrapõem por não valorizar a sua experiência pessoal e sobrevalorizar a opinião dos profissionais de saúde (Barnes, Mercer *et al.*, 2005). Também é criticado por reduzir a análise da pessoa à sua deficiência, esquecendo que, muitas vezes, não é essa a principal causa para que estas pessoas não participem de forma ativa na sociedade.

O modelo social surge com o propósito de oferecer resistência a esta perspetiva médica da deficiência (Gabel e Peters, 2004), mudando o foco do indivíduo em particular, para a sociedade em geral, e propondo uma reformulação no entendimento de deficiência. Ao contrário do modelo médico, o modelo social defende a ocorrência de mudanças na estrutura social que deverão ir de encontro às necessidades das pessoas com deficiência (Hughes, 2000), enfatizando o coletivo, estrutural e social, em oposição ao individual, pessoal e médico, como as principais causas da deficiência (Oliver, 1986). Tornou-se claro que, na sociedade somática (Turner, 1996), o corpo se encontra no centro da vida social e que a sua constituição é tanto biológica como cultural (Hughes, 2000). Assim, o sentido de opressão e o ser o “outro” da pessoa com deficiência está intimamente relacionado com a construção da perceção negativa da deficiência na cultura visual da pós-modernidade, sendo o olhar médico a chave da invalidação dos corpos que não confirmam o ideal de normalidade (Hughes, 1999).

Assim, ativistas da área da deficiência colocam em causa o modelo médico e desenvolvem o modelo social (anos 1970/1980) (Hughes, 2000); modelo que defende uma intervenção social oposta à intervenção médica (Finkelstein, 1980; Oliver, 1986). Na frente deste movimento esteve a *Union of the Physically Impaired Against Segregation* (UPIAS), formada por Vic Finkelstein e Paul Hunt. Uma organização que alertou para a existência de exclusão e isolamento das pessoas com deficiência, na plena participação social. No documento *Fundamental Principles of Disability*, os autores afirmam que é a sociedade que incapacita as pessoas com deficiência, pelo que a deficiência é algo imposto acima das limitações, pela forma como desnecessariamente são isoladas e excluídas da plena participação social (UPIAS, 1976). Os autores consideram, então, que as pessoas com deficiência são um grupo socialmente oprimido, acrescentando que, ainda que ter uma limitação seja uma “tragédia”, é a opressão que caracteriza a forma como a sociedade está organizada que impede que estas pessoas atuem (Finkelstein, 1980). Ainda de acordo com Finkelstein (1980), seria a sociedade a impedir qualquer possibilidade de participação social, pelo que a sua luta seria dirigida à mudança social, bem como à tentativa de tornar as pessoas com deficiência autónomas.

A pretensão destes autores era reclamar o corpo da sua localização biológica e médica e levá-lo para uma análise sociocultural, pressupondo-se que a doença/limitação não é apenas um assunto médico (Barnes, Mercer *et al.*, 2005), mas também um problema social a ter em consideração. Os defensores deste modelo afirmam que a deficiência não é algo que existe somente a nível individual mas também a nível social, sendo a sociedade a principal responsável na impotência das pessoas com deficiência em conseguirem ter uma vida idêntica à das pessoas sem deficiência (Barnes, Mercer *et al.*, 2005). Neste contexto, o problema da deficiência está, não só na própria deficiência

e nos seus efeitos, como também na área da relação pessoal e social (Hunt, 1966). Não obstante, numa perspetiva pós-moderna, este documento carecia de reformulação (Shakespeare e Watson, 1997), por existir uma separação conceptual de deficiência e limitação e, também, pela crença absoluta de que é a sociedade que incapacita as pessoas e não as suas limitações (Shakespeare e Watson, 1997). Na perspetiva destes autores, as limitações desempenham um papel importante na deficiência e acreditam que o corpo é relevante no ser pessoa com deficiência. Acrescentam, ainda, que o termo deficiência só faz sentido se compreendido enquanto restrição de atividade, argumentando que essas restrições são, obviamente, causadas por barreiras sociais e pela limitação *per se* (Shakespeare e Watson, 1997). Assim, não excluem os factores biológicos, mas consideram que a incapacidade é profundamente social, uma vez que os discursos implantados para representar a deficiência são social e culturalmente determinados, i.e., a sociedade, construída a pensar nas pessoas sem deficiência, tem preconceitos e estereótipos acerca das pessoas com deficiência.

O modelo social tem sido utilizado para explicar os caminhos segundo os quais a sociedade constrói o conceito de deficiência e, também, como uma forma de lutar contra a opressão das pessoas com deficiência (Gabel e Peters, 2004). Este modelo influenciou o olhar sobre estas pessoas, deixando raízes significativas por todo o mundo (como por exemplo, as inúmeras declarações universais e convenções que se estabeleceram). Não obstante, no caso da visão mais extrema do modelo, também lhe são apontadas críticas, nomeadamente pelo facto de excluir o corpo, por completo, do conceito de deficiência (Williams, 1999), caracterizando-o de inútil, “sobressocializante” e demasiado politizado. Deverá reconhecer-se que o modelo social carece de ser desenvolvido e que a sua forma atual ainda não responde ao que se entende por deficiência (Finkelstein, 1980; Thomas, 2004). No entanto, o seu aparecimento foi extremamente positivo, uma vez que veio reformular o modo como se pensava a pessoa com deficiência.

Assim sendo, temos, por um lado, um modelo médico considerado demasiado redutor por não contemplar a ação de barreiras impeditivas da participação social ativa das pessoas com deficiência (Barnes, Mercer *et al.*, 2005). Por outro lado, o modelo social omite alguns aspetos, igualmente importantes, incorporados pelo modelo médico, nomeadamente a necessidade de se proporcionar cuidados médicos, terapêuticos e psicológicos importantes para as pessoas com deficiência.

3. O papel dos *media* no olhar social sobre o “outro”

Os *media* são um fenómeno marcante na nossa sociedade, não só pelas influências que sobre ela exercem, como também por nos manter em contacto com realidades distantes da nossa. De facto, os *media* revelam ser um importante intermediário entre a sociedade em geral e diversos temas/grupos que, por razões diversas, se encontram “ausentes” do nosso quotidiano. Como tal, os meios de comunicação podem ter um grande impacto no nosso conhecimento, atitudes e políticas públicas acerca de uma

grande variedade de assuntos (Keller, Hallahan *et al.*, 1990; Wahl, 1992; Ross, 2001; Saito e Ishiyama, 2005), como é o caso de determinados grupos sociais. Historicamente falando, as pessoas com deficiência foram afastadas, por serem consideradas um grupo minoritário, estatuto este que foi, em parte, reificado pelos *media*, não só por estereotiparem (Campbell e Oliver, 1996), mas também por as manterem, muitas vezes, fora da sua agenda (Nelson, 1994). Na verdade, a investigação tem demonstrado que o conhecimento do público acerca das pessoas com deficiência, assim como as suas atitudes, são, maioritária e indiretamente, construídas pelos *media* (Yoshida, Wasilewski *et al.*, 1990; Farnhall e Smith, 1999). É provável que assim seja porque, muitas vezes, é por intermédio dos mesmos que temos algum “contacto” com este grupo o que, consequentemente, atribui um papel relevante aos *media*, por influenciarem o olhar social sobre o mesmo (Farnhall e Smith, 1999; Ross, 2001; Saito e Ishiyama, 2005). Esta influência pode, por um lado, melhorar o nosso conhecimento, alertando-nos para as questões da deficiência, mas, por outro, promulgar, através da falta de informação, o reforço de estereótipos (Auslander e Gold, 1999a), que nos fazem olhar para estas pessoas com “compaixão” ou como “sofredoras”. Não obstante, as atitudes em torno das pessoas com deficiência geram-se, também, a partir da experiência individual. Neste sentido, os *media* terão desempenhado um papel significativo naquele que foi, ao longo dos anos, o olhar sobre estas pessoas, estando tal facto patente nos discursos estabelecidos que, muitas vezes, são as únicas referências que a sociedade tem em relação às mesmas. Obviamente que esta construção é mais complexa e afetada por outros factores, nomeadamente factores culturais, sociodemográficos, contacto prévio com pessoas com deficiência, e factores relacionados com a própria deficiência (Auslander e Gold, 1999b). Na realidade, ao refletirem as normas e os valores prevaletentes e propiciando informação que gera e afeta as atitudes do público, os *media* são considerados um elemento-chave no desenrolar deste processo (Hafferty e Foster, 1994; Auslander e Gold, 1999b). Estando as atitudes sociais em torno das pessoas com deficiência entre as barreiras-chave na obstrução da sua plena participação na sociedade, na qual são cidadãos/ãs com direitos iguais (Byrd e Elliot, 1988; Yoshida, Wasilewski *et al.*, 1990; Thomson, 1997; Auslander e Gold, 1999b), a análise reflexiva acerca do trabalho mediático revela-se pertinente.

Com efeito, o jornalismo informativo, enquanto meio prioritário na obtenção de informações, revestido de grande credibilidade, assume um importante papel no que concerne ao esclarecimento da sociedade em torno deste grupo. Porém, ao distorcer a experiência da deficiência, os *media* contribuem significativamente para a discriminação das pessoas com deficiência (Barnes, 1991), reforçando, de várias formas, as atitudes negativas em seu redor (Auslander e Gold, 1999b). A representação da deficiência difere de outras categorias de identidade e subjetividade, na medida em que esta está, de facto, presente e não ausente (Ross, 2001). Na realidade, tem sido demonstrado que a exposição repetida a consistentes imagens mediáticas cria expectativas e crenças acerca do mundo real.

3.1 Representações Sociais da Pessoa com deficiência nos *media* impressos

No que concerne ao tratamento mediático da pessoa com deficiência, a literatura aponta para alguns tópicos comuns que sistematizamos (Pereira, Silva *et al.*, 2006; Monteiro, Pereira *et al.*, 2009) da seguinte forma:

Estereótipos

As pessoas com deficiência têm sido retratadas como vítimas, heróis e vilões (Zola, 1985) e, também, tipicamente inferiorizadas e “objectificadas”⁸ (Barnes, 1991; Shakespeare, 1994; Campbell e Oliver, 1996). Neste sentido, vemo-las como tendo uma vida “vazia” (Nelson, 1994; Ross, 2001; Saito e Ishiyama, 2005) e também as percebemos como super-humanos, por ultrapassarem adversidades através de atos heroicos (Barnes, 1992; Cumberbatch e Negrine, 1992; Clogston, 1994; Shakespeare, 1994), passando a ser um modelo de referência para todos (Ross, 2001). Este modelo – “supercrip” – é considerado pela sua popularidade uma imagem positiva (Nelson, 1994), porém é um estereótipo que prejudica a construção cultural da deficiência ao não abordar obstáculos objetivos (inacessibilidade, etc.). Devemos, então, tal como referem Hafferty e Foster (1994), olhá-lo criticamente, uma vez que os *media* impressos poderão descrever estas pessoas de forma irrealista. Deste modo, os *media* impressos perpetuam o mito trágico/corajoso (Ross, 2001), algo fortemente criticado, não só por reforçar depreciativamente o modelo de dependência, mas também devido ao risco de interiorização de valores negativos à volta das pessoas com deficiência. É, nesse sentido, que vários autores (por exemplo, Antrim, 1997; Farnhall e Smith, 1999) defendem a utilização de retratos mais positivos, i.e., promotores da remoção das atitudes negativas e opiniões frequentemente associadas a estas pessoas (Antrim, 1997). Tais retratos ajudaram as pessoas sem deficiência a adquirirem um grande conhecimento, sensibilidade e conforto relativamente às pessoas com deficiência, não só no local de trabalho, como também nas suas vidas pessoais (Farnhall e Smith, 1999).

Terminologia

A linguagem sempre teve um grande poder na definição de grupos culturais (Haller, Dorries *et al.*, 2006), sendo uma das chaves no reconhecimento da “cultura da deficiência” (Kama, 2004). Nesse sentido, Vivarta (2003) alerta para o papel da linguagem na construção positiva de conceitos, na medida em que, quando utilizamos termos incorretos, perpetuamos estereótipos e ideias erradas, dificultando a mudança de atitudes em relação às pessoas com deficiência e, consequentemente à sua inclusão (Vivarta, 2003), reforçando a cultura dominante.

Neste contexto, vários estudos foram efetuados ao longo dos últimos anos, revelando as terminologias utilizadas relativamente a estas pessoas (Keller, Hallahan *et al.*, 1990; Nelson, 1994; Linton, 1998; Auslander e Gold, 1999a; Ross, 2001;

⁸ Passivas, semelhantes aos animais; objectos, em vez de sujeitos.

Vivarta, 2003; Haller, Dorries *et al.*, 2006). Verifica-se o desaparecimento progressivo de termos desadequados (Kama, 2004). Não obstante, termos menos corretos ainda fazem parte dos textos mediáticos, mostrando a morosidade na sua substituição, bem como a resistência da cultura dominante a esta linguagem politicamente correta.

O uso de linguagem inapropriada é de extrema importância, uma vez que tende a denegrir, desviar e insultar as pessoas com deficiência (Auslander e Gold, 1999a), sendo que muitas alegam ter a vida dificultada devido às associações negativas com palavras como “deficiente” (Kama, 2004). É, nesse sentido, que alguns autores (por exemplo, Auslander e Gold, 1999a; Kama, 2004) defendem o uso de linguagem correta, nomeadamente através dos *media* impressos que, pela sua ampla exposição e influência potencial, são um espaço apropriado para se investir esforços.

Por outro lado, o uso de terminologia inadequada pode apenas significar falta de consenso entre as várias organizações e especialistas, relativamente à terminologia correta a utilizar (Vivarta, 2003). Nesse sentido, surgiu a *People First Language*, uma lista que tenta trazer consensualidade à linguagem utilizada neste contexto, ou seja, uma linguagem centrada na pessoa e não na deficiência (Vivarta, 2003; Kama, 2004).

Uma das “exigências” que se têm feito aos meios de comunicação é a de se referirem às pessoas com deficiência dando ênfase, em primeiro lugar, à pessoa, de acordo com o modelo social e também em termos que foquem as suas capacidades, em lugar das suas limitações (Yoshida, Wasilewski *et al.*, 1990). Contudo, ainda se verifica uma abordagem mais tradicional do que progressiva⁹, pelo que o foco médico ainda é o central (Auslander e Gold, 1999a; Auslander e Gold, 1999b). O foco progressivo surge ocasionalmente, mas sem estar associado a uma deficiência em particular (Auslander e Gold, 1999b). Assim, ainda se resume, muitas vezes, a pessoa com deficiência à sua deficiência o que transforma a deficiência na sua razão de ser e traz à sua vida um enorme vazio e privação de uma vida comum (Zola, 1985). A mudança de mentalidade deve estar associada à terminologia (Vivarta, 2003) e o papel do jornalista, no que diz respeito à difusão dos novos termos, é preponderante.

Assuntos mais tratados

De acordo com alguns estudos (Keller, Hallahan *et al.*, 1990; Antrim, 1997; Auslander e Gold, 1999a; Vivarta, 2003), as pessoas com deficiência chamam a atenção dos *media*, em geral e dos impressos, em particular, em assuntos relativos às suas dificuldades, pelo que a informação que circula reforça uma imagem dramática das mesmas. Deste modo, há uma associação regular entre deficiência e vida trágica, esquecendo, desconhecendo e omitindo casos de pessoas com deficiência com vidas felizes.

Tipos de Deficiência

A cobertura mediática em torno deste grupo tende a focar algumas deficiências com maior frequência, ainda que haja diferenças de acordo com a data dos estudos.

⁹ Ver Clogston (1994).

De uma forma geral, as deficiências físicas são aquelas que ocupam um espaço de maior destaque por parte dos *media* impressos (Gardner e Radel, 1978; Wahl, 1992; Auslander e Gold, 1999b). De facto, Ross (2001) refere que apenas um grupo restrito de deficiências têm direito a cobertura, i.e., as deficiências mais facilmente “aceites” pelas audiências sem deficiência. Por outras palavras, diferentes tipos de deficiência provocam reações diferentes nas audiências e, por isso, os *media* impressos retratam-nas de forma e frequência distintas. Adicionalmente, a literatura indica a existência de estereótipos associados, formas incorretas na linguagem utilizada, um foco em assuntos negativos ou até mesmo trágicos e, ainda, a preferência de algumas deficiências em detrimento de outras.

Os retratos efetuados pelos *media* impressos em relação às pessoas com deficiência têm sido criticados por se revelarem imprecisos, humilhantes e por fomentarem e reforçarem estereótipos (Keller, Hallahan *et al.*, 1990; Yoshida, Wasilewski *et al.*, 1990; Wahl, 1992). As diferentes imagens negativas que se atribuem a este grupo, substanciam, corroboram e reproduzem a sua posição inferior e periférica em relação à sociedade normalizada (Kama, 2004). Este conjunto de dados permite perceber a forma como a sociedade olha para estas pessoas, ou então, a forma como os *media* impressos “estabelecem” a forma de ver estas pessoas, já que muitas vezes é através deles que temos acesso às mesmas.

3.2 Representações dos Atletas Paralímpicos nos *media* impressos

O desporto adaptado e a sua evolução ao longo dos tempos, i.e., a sua passagem de uma vertente terapêutica, perspetivada por Guttman¹⁰, para uma vertente de competição, conduziram, com maior frequência, as pessoas com deficiência às páginas dos jornais. Isto é especialmente verdade quando nos referimos aos Jogos Paralímpicos (JP), sendo este evento o momento, por excelência, em que estas pessoas mais aparecem nos *media* impressos, algo visível no aumento gradual do número de notícias ao longo dos últimos anos (Schantz e Marty, 1995; Smith e Thomas, 2005; Smith e Sparkes, 2008; Monteiro, Pereira *et al.*, 2009; Pereira, Monteiro *et al.*, 2010). Partindo do princípio que os *media* podem desempenhar um papel importante ao modelar e refletir a opinião pública (Kellner, 1995; Rios, 2005), bem como atitudes em redor do desporto paralímpico (Schell e Duncan, 1999; Gilbert e Schantz, 2008), a cobertura, ou não cobertura, de um evento, como os JP, será um dos indicadores das representações públicas e atitudes à volta do desporto para pessoas com deficiência (McCombs e Shaw, 1972; Wolf, 2003). Nesse sentido, têm-se realizado estudos que tentam compreender a forma como os *media* impressos perspetivam estas pessoas, nomeadamente no âmbito desportivo (Schell e Duncan, 1999; Maas e Hasbrook, 2001; Schantz e Gilbert, 2001; Thomas e Smith, 2003; Hardin e Hardin, 2004; Smith e Thomas, 2005; Howe, 2008; Monteiro, Pereira *et al.*, 2009; Pereira, Monteiro *et al.*, 2010).

¹⁰ Precursor do desporto para pessoas com deficiência.

Estereótipos

No palco desportivo prevalecem dois grandes estereótipos: “a procura do corpo perfeito” e o “*supercrip vs. bittercrip*”. No processo de enfatizar o que é percebido como sucesso desportivo dos atletas, os mesmos têm sido retratados como aspirando ter o “corpo perfeito” dos atletas sem deficiência (Smith e Thomas, 2005). Quando os *media* impressos abordam as conquistas desportivas dos atletas paralímpicos, muitas vezes isso acontece por justaposição aos colegas do “corpo perfeito”, comparação que reforça a perceção estereotipada de deficiência e uma preocupação com o “corpo perfeito” (Thomas e Smith, 2003).

Com efeito, o corpo ideal parece ser o único que encaixa num ambiente construído para a maioria e, por esta razão, as notícias que destacam os aspetos relacionados com a estética revelam o preconceito acerca do “corpo perfeito” (Thomas e Smith, 2003), com vista a respeitar a lógica comercial imposta pelos *media*. Deste modo, existe um reforço mediático sobre o que se considera o “corpo perfeito” (Hahn, 1987), originando um paradigma visual que reforça a exclusão dos grupos marginalizados. Isto assume particular importância uma vez que, na contemporaneidade, predomina o sentido visual, aquilo que Jay (1998) designa de cultura visual ou “*scopic regime*”.

Tendo que escolher entre descrever os objetivos e valores dos JP e considerá-los como uma forma de dar poder aos atletas paralímpicos, ou seguir uma lógica comercial, os *media* irão optar pela última (Schantz e Gilbert, 2001). A participação no desporto demonstra que os atletas paralímpicos são tão capazes e comparáveis aos atletas sem deficiência, contrariamente ao que nos sugerem os estereótipos. Apesar disso, os fãs do desporto e os atletas sem deficiência não conseguem imaginar um atleta com uma deficiência perceptível a subir ao pódio nos JO com o mesmo estatuto que os primeiros (DePauw, 1997)¹¹.

O estereótipo – “*supercrip vs. bittercrip*” –, tal como na vida quotidiana, ou até de forma mais acentuada, tende a ser mais reforçado e vivido no palco desportivo. Com efeito, alguns estudos (Schell e Duncan, 1999; Schantz e Gilbert, 2001; Thomas e Smith, 2003) revelaram que os *media* impressos tendem a descrever as performances destes atletas segundo uma perspetiva individualizada e médica da deficiência, i.e., os atletas tendem a ser retratados como “vítimas” ou como “corajosos/bravos” que ultrapassam a “dolorosa” experiência que é a deficiência através do desporto (Schantz e Marty, 1995; Schell e Duncan, 1999; Schantz e Gilbert, 2001; Thomas e Smith, 2003; Smith e Thomas, 2005). Tal facto, está de acordo com o modelo do “*supercrip*”, no qual se reforça a perceção tradicional das pessoas com deficiência como sendo heroicas (Barnes, 1991). Este modelo deteriora a imagem das mesmas, por sugerir que apenas as performances heroicas deverão ser respeitadas (Shapiro, 1993).

¹¹ O exemplo mais actual disso mesmo é o caso polémico em torno do atleta sul-africano Óscar Pisturius, com bi-amputação dos membros inferiores que tentou competir juntamente com os atletas olímpicos e que viu o seu pedido ser recusado. Porém, após recurso jurídico, o atleta conseguiu autorização para participar se conseguisse os mínimos. Neste contexto, Natalie du Toit, nadadora de águas livres, teve o seu caminho facilitado por Pisturius e participou nesta última edição dos JP de Pequim.

Os críticos consideram que o modelo não dignifica a deficiência, argumentando que o mesmo serve como plano para manter as pessoas com deficiência no fundo de uma hierarquia social, mudando a direção da responsabilidade da cultura pela sua infraestrutura dos “capazes” (Hardin e Hardin, 2004). O modelo “*supercrip*” é, assim, um retrato comum feito pelos *media* acerca das pessoas com deficiência, que são excluídas do universo mediático (Golden, 1992). Apesar de popular por gerar inspiração, o modelo reforça as baixas expectativas sociais em relação a estas pessoas (Golden, 1992) e fixa a ideia de que todas devem ser capazes de atingir o nível de herói. Adicionalmente, este estereótipo enfatiza o esforço individual como forma de ultrapassar as barreiras sociais, como se a deficiência fosse culpa das pessoas, tendo estas de se adaptar a uma sociedade construída para a maioria, partindo da suposição de que as pessoas com deficiência são socialmente desajustadas (Clogston, 1991). Realça-se que o desporto é socialmente construído para e por pessoas sem deficiência podendo, por isso, ser um local de resistência a valores sociais dominantes (DePauw, 1997), i.e., um espaço onde as pessoas com deficiência dificilmente serão vistas de forma natural e, conseqüentemente, continuarão a ser marginalizadas ou socialmente excluídas.

Terminologia

Os discursos utilizados nas notícias desportivas são, frequentemente, de condescendência, com pobres comentários acerca de estratégias, regras ou performances, quando comparados com o desporto em geral. Em alguns *media* impressos, os atletas paralímpicos são discutidos através do uso de frases e termos consistentes com uma perspectiva médica da deficiência (Schell e Duncan, 1999; Schantz e Gilbert, 2001; Thomas e Smith, 2003; Hardin e Hardin, 2004; Smith e Thomas, 2005). Tal é visível na ausência de alusões a derrotas que, fazendo parte da cobertura desportiva geral, revela indicadores de uma cobertura não especificamente desportiva, reforçando a ideia anterior. A maioria dos *media* impressos apresenta uma fraca opinião acerca do desporto paralímpico, mostrando que este desporto continua a ser marginalizado e trivializado pelos mesmos (Schantz e Gilbert, 2001; Pereira, Monteiro *et al.*, 2010). Não obstante, a escrita está a afastar-se dos títulos “carinhosos”, que celebram o triunfo sobre as adversidades, para um formato mais focalizado no desporto (Howe, 2008; Monteiro, Pereira *et al.*, 2009). Além disso, verificou-se nos *media* impressos britânicos, a existência de reportagens sobre atletas paralímpicos muito similares às elaboradas para os atletas sem deficiência (Thomas e Smith, 2003). Adicionalmente, estudos mais recentes (Haller, Dorries *et al.*, 2006; Monteiro, Pereira *et al.*, 2009) demonstram a utilização de terminologia cada vez mais adequada. Porém, parece existir uma tendência geral dos jornais em noticiar as *performances* através do uso de elementos exclusivamente positivos (por exemplo, Schell e Duncan, 1999; Schantz e Gilbert, 2001; Schell e Rodriguez, 2001; Smith e Thomas, 2005), algo que, segundo Howe (2008), contraria a cobertura desportiva geral, na qual se referem elementos positivos e negativos. Nesse sentido, Smith e Thomas (2005) referem-se à necessidade de utilização de retratos mais reais destes

atletas, na medida em que a cobertura mediática dos JP ainda apela à compaixão e apresenta um discurso padronizado (Howe, 2008). Isto é, um discurso que perpetua o mito de que o desporto paralímpico é, de certa forma, de uma maior pureza que os restantes desportos, estando desprovido de um olhar crítico.

Conforme alertam Smith e Thomas (2005), tendo em conta a ainda pouca evidência disponível, deveremos ser mais cuidadosos nas afirmações que fazemos, pela oportunidade da cobertura mediática do desporto adaptado poder desafiar necessariamente as perspetivas que os “outros” têm acerca dos atletas com deficiência especificamente e das pessoas com deficiência em geral. Apesar deste cenário, Howe (2008) verificou, através da análise do processo de construção das notícias relacionadas com os JP, que o desporto paralímpico, por ser cada vez mais dependente de compromissos comerciais, tenderá a ser retratado nos *media* impressos através de histórias positivas e, também, negativas.

Assuntos mais tratados

Esta análise permite-nos afirmar que, de uma forma geral, a cobertura mediática tende a focar-se em torno dos *rankings*, raramente se referindo às *performances* (Schell e Duncan, 1999; Schantz e Gilbert, 2001; Pereira, Monteiro *et al.*, 2010), parecendo trivializar as mesmas e subestimando o seu valor, perpetuando a perspetiva médica de deficiência (Schantz e Gilbert, 2001; Hardin e Hardin, 2004). No entanto, em Portugal, verificou-se que as *performances* dos atletas têm vindo a ocupar um espaço cada vez mais alargado nos jornais (Monteiro, Pereira *et al.*, 2009). E se, anteriormente, se dizia que os critérios de escolha das notícias se baseavam mais nos escândalos do que em valores especificamente desportivos (Schantz e Gilbert, 2001), atualmente não podemos dizer o mesmo, uma vez que as notícias se centram cada vez mais nesses valores desportivos (Monteiro, Pereira *et al.*, 2009; Pereira, Monteiro *et al.*, 2010). Assim, no contexto competitivo, verifica-se a tendência de enfatizar as medalhas, os recordes e os tempos, e algumas vezes a imprensa relata as *performances* de forma etnocêntrica e nacionalista (Schantz e Gilbert, 2001; Thomas e Smith, 2003; Pereira, Monteiro *et al.*, 2010), algo particularmente visível nos *rankings* que aparecem em comparação com os de outros países. Denotamos, pois, a alteração dos valores-notícia, i.e., uma cobertura especificamente desportiva que enfatiza a *performance* dos atletas, por oposição a uma cobertura baseada nos “escândalos”.

Tipos de Deficiência

A cobertura desportiva dos atletas paralímpicos privilegia as deficiências motoras associadas à cadeira de rodas (Schantz e Marty, 1995). Alguns estudos apontam como razão o facto deste tipo de deficiência não se desviar substancialmente do conceito normal de “corpo capaz” (Schell e Duncan, 1999; Schantz e Gilbert, 2001; Thomas e Smith, 2003). Há, também, uma razão histórica, i.e., o facto de a perceção do público acerca da pessoa com deficiência estar associada à cadeira de rodas, quase como se uma fosse sinónimo da outra (Barnes, 1991). Por outro lado, os atletas com Paralisia Cerebral ou com Deficiência Intelectual tendem a receber menos atenção e cobertura

do que os atletas com outras deficiências (Schantz e Marty, 1995; Schell e Duncan, 1999; Schantz e Gilbert, 2001). No entanto, em Portugal, os atletas com Paralisia Cerebral são fortemente noticiados, uma vez que são os atletas que conquistam melhores resultados.

Apesar de se considerar este tipo de cobertura uma evolução positiva, sugere-se que esta poderá promulgar a crença de que a limitação não é uma questão central para a vida destas pessoas ou para a sua identidade enquanto pessoa com deficiência (Hughes e Paterson, 1997). Ignorar a deficiência representa uma manifestação da excessiva dominância social de entendimento da deficiência, que falha em ter em conta adequadamente a condição biológica da limitação que define aqueles com deficiência como sendo pessoas com deficiência. Um aspeto das investigações, que permitiu constatar esta tentativa de camuflar a deficiência, foi a análise efetuada às fotografias (por exemplo, Schantz e Gilbert, 2001; Pereira, Monteiro *et al.*, 2010), verificando-se que as mesmas retratavam, maioritariamente, atletas em cadeiras de rodas e com amputação (nas quais muito raramente se podia observar a deficiência). Assim, parece negar-se o retrato da identidade do atleta como pessoa com deficiência e, como tal, poderão ter sido reforçadas perceções estereotipadas da deficiência (Thomas e Smith, 2003; Pereira, Monteiro *et al.*, 2010). Deste modo, os atletas paralímpicos poderão ser levados a pensar que a sua aceitação social passa pela “aquisição” do dito “corpo perfeito” (Pereira, Monteiro *et al.*, 2010).

Em relação às diferenças de género, não há muitos trabalhos que relacionem deficiência e género. De acordo com vários estudos (Eastman e Billings, 1999; Urquhart e Crossman, 1999; Schlausch e Léséleuc, 2003), existe uma tendência geral em retratar mais os homens do que as mulheres. Esta tendência é paralela aos JO e tem por base uma série de factores culturais, religiosos e biológicos (Brittain, 2010). De um modo geral, a mulher é menos propensa a assumir o risco exigido no desporto e é menos incentivada à prática desportiva de competição (Brittain, 2010). Sendo pessoa com deficiência, tudo o que foi dito anteriormente tem um impacto bastante superior, já que o corpo da atleta com deficiência está duplamente exposto, por ser mulher e por ter deficiência (Schell e Duncan, 1999), sofrendo uma dupla discriminação. De facto, tal como Schlausch e Léséleuc (2003) verificaram, as mulheres com deficiência tendem a ser menos retratadas que as mulheres sem deficiência.

Conclusão

Apesar da cobertura em torno das pessoas com deficiência em geral e dos atletas paralímpicos em particular ter vindo a aumentar ao longo dos anos, a informação que circula nos *media* impressos caracteriza-se por ser estereotipada, recorrer a linguagem inapropriada, focar assuntos fora do âmbito desportivo e, ainda, por favorecer algumas deficiências em detrimento de outras. Consequentemente, no estado de produção cultural, as pessoas com deficiência tendem: i) a ser vistas segundo uma perspetiva médica, na qual se tende a ignorar os factores sociais conducentes à discriminação; ii) a ser heróis ou vítimas, ora pela sobrevalorização das suas vitórias, ora por despertarem

sentimentos de pena e caridade, respetivamente; iii) a ser caracterizadas por omissão da sua deficiência, o que nega a identidade total da pessoa com deficiência, caracterizada pela própria deficiência; iv) a ser vistas de forma diferente de acordo com o tipo de deficiência e, também, género.

Os aspetos negativos destes retratos são significativos e problemáticos, uma vez que reforçam atitudes estereotipadas, promovem o *status quo* e obstruem a mudança. Sendo estes a base de muitas atitudes à volta das pessoas com deficiência, são pontos considerados fundamentais no que concerne à discriminação e exploração das mesmas, além de contribuírem para a sua exclusão da vida comunitária em geral.

Referências Bibliográficas

ANTRIM, D. S. (1997), “Newspaper Coverage of Learning Disabilities”, in *Education*, 118, 145-149.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA (2004), “Bases gerais do regime jurídico da prevenção, habilitação, reabilitação e participação da pessoa com deficiência Lei nº 38/2004 de 18 de agosto”, in *Diário da República*, 1ª série A, 194, 5232-5236.

AUSLANDER, G. K.; GOLD, N. (1999a), “Media reports on disability: a binational comparison of types and causes of disability as reported in major newspapers”, in *Disability and Rehabilitation*, 21, 9, 420-431.

– (1999b), “Newspaper Coverage of People with disabilities in Canada and Israel: an international comparison”, in *Disability & Society*, 14, 6, 709-731.

BARNES, C. (1991), *Disabled People in Britain and Discrimination*, London, Hurst and Co., in association with the British Council of Organizations of Disabled People.

– (1992), *Disabling Imagery and the Media*. [Consult. a 30 de novembro de 2007]. Disponível em: <http://www.leeds.ac.uk/disability-studies/archiveuk/Barnes/disabling%20imagery.pdf>.

BARNES, C.; MERCER, G. [et al.] (2005), *Exploring Disability – A Sociological Introduction*, Cambridge, Polity Press.

BERGER, P.; LUCKMAN, T. (1998), *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis, Vozes.

BRITAIN, I. (2010), *The Paralympic Games Explained*, Oxon, Routledge.

BURY, M. (2000), “On chronic illness and disability”, in C. E. Bird, P. Conrad and A. M. Fremont, *Handbook of medical sociology*, New Jersey, PA, Prentice Hall.

BYRD, E. K.; ELLIOT, T. R. (1988), “Disability in full-length feature films: frequency and quality of films over an 11 years span”, in *International Journal of Rehabilitation Research*, 11, 143-148.

CAMPBELL, J.; OLIVER, M. (1996), *Disability politics: Understanding our past, changing our future*, London, Routledge.

CLOGSTON, J. S. (1991), *Reporters' attitudes toward and newspaper coverage of persons with disabilities*, Michigan, Michigan State University.

– (1994), “Disability Coverage in American newspapers”, in J. A. Nelson, *The Disabled, the media and the information age*, Westport, CT, Greenwood Press, pp. 45-53.

CORREIA, L. d. M. (1997), *Aluno com Necessidades Educativas Especiais nas Classes Regulares*, Porto, Porto Editora.

CUMBERBATCH, G.; NEGRINE, R. (1992), *Images of Disability on Television*, London, Routledge.

DEPAUW, K. (1997), "The (in)visibility of disability", in *Quest*, 49, 416-430.

EASTMAN, S. T.; BILLINGS, A. C. (1999), "Gender Parity in the Olympics", in *Journal of Sport & Social Issues*, 23, 2, 140-170.

FARIAS, N.; BUCHALLA, C. M. (2005), "A Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde da Organização Mundial da Saúde: Conceitos, Usos e Perspectivas", in *Revista Brasileira Epidemiol.*, 8, 2, 187-193.

FARNHALL, O.; SMITH, K. A. (1999), "Reactions to people with disabilities: Personal Contact versus viewing of specific media portrayals", in *Journalism and Mass Communication Quarterly*, 76, 659-672.

FINKELSTEIN, V. (1980), *Attitudes and Disabled People: issues for discussion*, New York, World Rehabilitation Fund.

GABEL, S.; PETERS, S. (2004), "Pressage of a Paradigm shift? Beyond the social model of disability toward resistance theories of disability", in *Disability & Society*, 19, 6, 585-600.

GARDNER, J. M.; RADEL, M. S. (1978), "Portrait of the disabled in the media", in *Journal of Community Psychology*, 6, 269-274.

GILBERT, K.; SCHANTZ, O. J. (eds.) (2008), *The Paralympic Games: Empowerment or Side Show?*, United Kingdom, Meyer & Meyer Sport.

GOLDEN, M. (1992), "Not on the Front Page", in *Progressive*, 56, 3, 43.

HAFFERTY, F. W.; FOSTER, S. (1994), "Decontextualizing disability in the crime mystery genre: the case of the invisible handicapp", in *Disability & Society*, 9, 2, 185-206.

HAHN, H. (1987), "Advertising the acceptably employable image: disability and capitalism", in *Policy Studies Journal*, 15, 3, 551-570.

HALLER, B.; DORRIES, B. [et al.] (2006), "Media labeling versus the US disability community identity: a study of shifting cultural language", in *Disability & Society*, 21, 1, 61-75.

HARDIN, M.; HARDIN, B. (2004), "The 'Supercrip' in sport media: wheelchair athletes discuss hegemony's disabled hero", in *Sosol* 7 (1). Disponível em: <http://physed.otago.ac.nz/sosol/v7i1/v7i1.html>.

HOWE, P. D. (2008), "From inside the newsroom: Paralympic Media and the production of Elite Disability", in *International Review for the Sociology of Sport*, 43, 2, 135-150.

HUGHES, B. (1999), "The constitution of impairment: modernity and the aesthetic of oppression", in *Disability & Society*, 14, 2, 155-172.

– (2000), "Medicine and the Aesthetic Invalidation of Disabled People", in *Disability & Society*, 15, 4, 555-568.

HUGHES, B.; PATERSON, K. (1997), "The social model of disability and the disappearing body: towards a sociology of impairment", in *Disability & Society*, 12, 3, 325-340.

HUNT, P. (1966), *A critical condition*. [Consult. a 30 de julho de 2008]. Disponível em: <http://www.leeds.ac.uk/disability-studies/archiveuk/archframe.htm>.

JAY, M. (1998), "Scopic regimes of modernity", in S. Lash and J. Friedman, *Modernity and Identity*, Oxford, Blackwell, pp. 178-195.

KAMA, A. (2004), "Supercrips versus the pitiful handicapped: Reception of disabling images by disabled audience members", in *Communications*, 29, 447-466.

KELLER, C. E.; HALLAHAN, D. P. [et al.] (1990), “The Coverage of persons with disabilities in American newspapers”, in *The Journal of Special Education*, 24, 271-282.

KELLNER, D. (1995), *Media Culture – Cultural Studies, identity and politics between the modern and the postmodern*, London, Routledge.

LINTON, S. (1998), “Disability Studies/Not Disability Studies”, in *Disability & Society*, 13, 4, 525-540.

MAAS, K.; HASBROOK, C. (2001), “Media Promotion of the Paradigm Citizen/Golfer: An Analysis of Golf Magazines Representations of Disability, Gender, and Age”, in *Sociology of Sport Journal*, 18, 1, 21-36.

MARQUES, U. M.; CASTRO, J. A. M. [et al.] (2001), “Actividade Física Adaptada: uma visão crítica”, in *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, 1, 1, 73-79.

MCCOMBS, M. E.; SHAW, D. L. (1972), “Agenda-Setting Function of Mass Media”, in *Public Opinion Quarterly*, 36 (2), 176-187.

MONTEIRO, I.; PEREIRA, O. [et al.] (2009), “Representações Sociais dos Atletas Paralímpicos nos Jornais Desportivos Portugueses”, *Conferência Internacional: Media & Desporto*, Lisboa, Universidade Católica Portuguesa, 22-23 janeiro de 2009.

MOSCOVICI, S. (1988), “Notes towards a Description of Social Representations”, in *European Journal of Social Psychology*, 18, 211-250.

NELSON, J. A. (1994), “Broken Images: Portrayals of those with disabilities in American media”, in J. A. Nelson, *The disabled, the media and the information age*, Westport, CT, Greenwood Press, pp. 5-9.

OLIVER, M. (1986), “Social Policy and Disability: some theoretical issues”, in *Disability, Handicap and Society*, 1, 1, 5-17.

OMS (2003), *Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*, Lisboa, Direcção Geral da Saúde.

PEREIRA, A.; SILVA, A. [et al.] (2006), “O valor do atleta com deficiência – estudo efectuado através de uma análise de imprensa”, in *Revista de Ciências do Desporto*, 6, 1, 65-77.

PEREIRA, O.; MONTEIRO, I. [et al.] (2010), “The powerful insight of the media into disability - a critical review”, in *EASS 2010 Porto – A social perspective on: sport, health and environment*, Porto, FADEUP, pp. 63.

RIOS, A. (2005), “Jornalismo como instrumento de cidadania”, in *Biblioteca on-line de Ciências da Comunicação*. [Consult. em janeiro de 2010]. Disponível em: http://www.bocc.ubi.pt/_listas/tematica.php?codtema=8.

ROSS, R. (2001), “All ears: radio, reception and discourses of disability”, in *Media, Culture & Society*, 23, 4, 419-437.

SAITO, S.; ISHIYAMA, R. (2005), “The invisible minority: under-representation of people with disabilities in prime-time TV dramas in Japan”, in *Disability & Society*, 20, 4, 437-451.

SCHANTZ, O.; GILBERT, K. (2001), “An Ideal Misconstrued: Newspaper Coverage of the Atlanta Paralympic Games in France and Germany”, in *Sociology of Sport Journal*, 18, 69-94.

SCHANTZ, O.; MARTY, C. (1995), “The French press and sport for people with handicapping conditions”, in I. Morisback and P. E. Jorgensen, *Quality of life through adapted physical activity*, Oslo, Hamtrykk, pp. 72-79.

SHELL, L. A.; DUNCAN, M. C. (1999), “A content analysis of CBS’s coverage of the 1996 Paralympic Games”, in *Adapted Physical Activity Quarterly*, 16, 1, 27-47.

SHELL, L. A.; RODRIGUEZ, S. (2001), “Subverting Bodies/Ambivalent Representations: Media Analysis of Paralympian, Hope Lewellen”, in *Sociology of Sport Journal*, 18, 127-135.

SCHLAUSCH, S.; LÉSÉLEUC, E. d. (2003), *La présentation de la femme handicapée sportive dans la presse écrite européenne: égalité et différences dans le traitement médiatique des Jeux Paralympiques*, B. d. I., Côte d’Opale, AFRAPS.

SHAKESPEARE, T. (1994), “Cultural representations of people with disabilities: Dustbins for diavowal?”, in *Disability, Handicap and Society*, 9, 3, 283-299.

SHAKESPEARE, T.; WATSON, N. (1997), “Defending the Social Model”, in *Disability & Society*, 12, 2, 293-300.

SHAPIRO, J. P. (1993), *No pity: People with disabilities forging a new civil rights movement*, New York, Times Books.

SILVA, M. A. (1991), *Desporto para Deficientes – Corolário de uma evolução conceptual*, Porto, não editado.

SMITH, A.; THOMAS, N. (2005), “The ‘inclusion’ of elite athletes with disabilities in the 2002 Manchester Commonwealth Games: an exploratory analysis of British newspaper coverage”, in *Sport, Education and Society*, 10, 49-67.

SMITH, B.; SPARKES, A. (2008), “Narrative and its potential contribution to disability studies”, in *Disability & Society*, 23, 1, 17-28.

THOMAS, C. (2004), “How is disability understood? An examination of sociological approaches”, in *Disability & Society*, 19, 6, 569-583.

THOMAS, N.; SMITH, A. (2003), “Preoccupied With Able-Bodiedness? An Analysis of the 2000 Paralympic Games”, in *Adapted Physical Activity Quarterly*, 20, 166-181.

THOMSON, R. G. (1997), *Extraordinary Bodies: figuring physical disability in American Culture and Literature*, New York, Columbia University Press.

TUCHMAN, G. (2002), “As notícias como uma realidade construída”, in J. Esteves *Comunicação e Sociedade*, Lisboa, Livros Horizonte, pp. 91-104.

TURNER, B. S. (1996), *The Body and Society*, London, Sage.

UPIAS (1976), *Fundamental Principles of Disability*. [Consult. a 1 de julho de 2008]. Disponível em: <http://www.leeds.ac.uk/disability-studies/archiveuk/archframe.htm>.

URQUHART, J.; CROSSMAN, J. (1999), “The Globe and Mail Coverage of the Winter Olympic Games”, in *Journal of Sport & Social Issues*, 23, 2, 193-202.

VIVARTA, V. (2003), *Mídia e deficiência*, Brasília, Agência de Notícias dos Direitos da Infância e Fundação Banco do Brasil.

WAHL, O. (1992), “Mass Media Images of Mental Illness: A review of the literature”, in *Journal of Community Psychology*, 20, 343-352.

WILLIAMS, S. (1999), “Is anybody there? Critical Realism, chronic illness and the disability debate”, in *Sociology of health and illness*, 21, 6, 797-819.

WOLF, M. (2003), *Teorias da Comunicação*, Lisboa, Editorial Presença.

YOSHIDA, R. K.; WASILEWSKI, L. [et al.] (1990), “Recent newspaper coverage about persons with disabilities”, in *Exceptional children*, 56, 418-423.

ZOLA, I. K. (1985), “Depictions of disability metaphor, message and medium in the media: a research and political agenda”, in *The Social Sciences Journal*, 22, 5-17.

ABSTRACT/RÉSUMÉ

Abstract

As being apart from the frequent contact with certain groups or contexts, build, often the same images on the basis of information that comes to us daily through the media. In fact, media's social influence regarding society and also the "other" seems undeniable. Therefore, the media can play a vital educational role as privileged intermediate between society in general and some minority groups contributing, among many aspects, to a less stereotyped view of them. This work is a critical review about media and disability over the years.

Keywords: Paralympic Athletes; Media; Paralympic Games; People with disabilities.

Resumé

En dehors du contact fréquent avec certains groupes ou contextes, de construire, souvent les mêmes images sur la base d'informations qui vient à nous chaque jour à travers les médias. En fait, il semble indéniable de l'influence que ces médias détiennent dans nos perspectives sur la société en général et aussi sur les "autres", la compréhension de cette "autre" comme celle qui est inconnu ou mal connu. Par conséquent, les médias peuvent jouer un rôle essentiel d'éducation dans la médiation entre la société en général et la minorité des groupes sociaux considérés comme contribuant, entre de nombreux aspects, à une vision moins stéréotypée d'eux. C'est un travail d'analyse critique qui vise à informer le traitement médiatique de l'invalidité dans le passé, le présent et envisager son avenir.

Mots-clés: Athlètes Paralympiques; Media; Jeux Paralympiques; Personne handicapée.